

A “ideologia de gênero” e a guerra cultural do bolsonarismo

Fernanda Moura¹

Resumo

Nos últimos anos, temos visto uma série de ataques à educação em vários países da América Latina. Na esteira dos governos conservadores que recém adentraram ao poder, estiveram idéias as mais obscurantistas e atrasadas que existem na sociedade. Uma delas está no que subjaz ao uso do termo “ideologia de gênero”. No Peru, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica e, obviamente, Brasil, bem como em outros países, campanhas que tinham como mote o combate à “ideologia de gênero” tiveram efeito político inédito nos últimos anos, o que obriga a pesquisadores defensores de uma educação não-sexista ruçarem-se sobre o tema. Pretendemos aqui contribuir com um estudo de caso sobre as batalhas culturais, legislativas e jurídicas em torno da questão do gênero na educação no Brasil, de 2014 até os dias atuais.

Abstract

In recent years, we have seen a series of attacks on education in several countries in Latin America. In the wake of the conservative governments that have just entered power, there have been the most obscurantist and backward ideas in society. One is in what underlies the use of the term "gender ideology." In Peru, Paraguay, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica and, of course, Brazil, as well as in other countries, campaigns that had as motto the fight against "gender ideology" had unprecedented political effect in recent years, researchers defending a non-sexist education to come to grips with the subject. We intend here to contribute with a case study on the cultural, legislative and legal battles around the issue of gender in education in Brazil, from 2014 to the present day.

¹ Professora da rede municipal do Rio de Janeiro e mestre em História. Esta comunicação foi escrita com base em capítulo de livro, no prelo, co-assinado por Rejane Carolina Hoeveler.

Nos últimos anos, temos visto uma série de ataques à educação em vários países da América Latina. Na esteira dos governos conservadores que recém adentraram ao poder, estiveram idéias as mais obscurantistas e atrasadas que existem na sociedade. Uma delas está no que subjaz ao uso do termo “ideologia de gênero”. No Peru, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica e, obviamente, Brasil, bem como em outros países, campanhas que tinham como mote o combate à “ideologia de gênero” tiveram efeito político inédito nos últimos anos, o que obriga a pesquisadores defensores de uma educação não-sexista ruçarem-se sobre o tema. Pretendemos aqui contribuir com um estudo de caso sobre as batalhas culturais, legislativas e jurídicas em torno da questão do gênero na educação no Brasil, de 2014 até os dias atuais.

Na primeira parte, trazemos um mapeamento, a partir da literatura atualizada, sobre a origem (e expansão, no Brasil) do termo “ideologia de gênero” – um espantalho construído desde o Vaticano e trazido ao Brasil por padres conservadores, como o Padre Paulo Ricardo, e que se torna uma bandeira central do Movimento Escola sem Partido (MESP). Em seguida de um breve histórico do MESP, analisamos como este movimento propiciou as bases argumentativas para que a chamada “Bancada da Bíblia” no Congresso Nacional impusesse retrocessos em torno ao Plano Nacional de Educação de 2014, bem como articulou, diversos projetos de lei que proíbem a “doutrinação ideológica” e/ou “o ensino de gênero” nas escolas, chegando a um projeto que inclui o crime de assédio ideológico no código penal. Por fim, apontaremos algumas conclusões e perspectivas, tendo em vista a recente vitória e posse do presidente Jair Bolsonaro no Brasil, bem como de seu ministro da Educação, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, e o que ela pode significar para a América Latina.

Made in Vaticano: a origem e expansão, no Brasil, do termo “ideologia de gênero”

Segundo o pesquisador Rogério Junqueira (2017), uma das primeiras menções ao termo “ideologia de gênero” estaria no livro *O evangelho face a desordem mundial*, do padre belga, Monsenhor Michel Schooyans, publicou, em 1998, com prefácio do então Cardeal Joseph Ratzinger, que em alguns anos se tornaria o Papa Bento XVI. Neste livro o termo “Ideologia de Gênero”, já é apresentada como uma “ideologia da morte” de uma

“cultura anti-família”. No mesmo ano, na conferência Episcopal do Peru, é lançado o documento *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, produzido pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, Bispo auxiliar de Lima. Segundo Junqueira, esta foi a primeira vez que o termo “Ideologia de Gênero” apareceu em um documento eclesiástico. Dois anos depois, no ano 2000, o termo apareceria pela primeira vez em um documento oficial da Cúria Romana: *Família, Matrimônio e “Unões de fato”*, do Conselho Pontifício para a Família. Segundo Rosado-Nunes (2014), este documento alerta para “as bases individualistas e liberais da antropologia que fundamenta essa ideologia, assim como sua sustentação para o Feminismo”. Conforme o documento,

“Dentro de um processo que se poderia denominar de gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial, não deve ser subestimada a difusão de certa **ideologia de “gênero”** (“gender”). Ser homem ou mulher não estaria determinado fundamentalmente pelo sexo, mas pela cultura. Com isto se atacam as próprias bases da família e das relações interpessoais. [...] A reivindicação de um estatuto semelhante, tanto para o matrimônio como para as uniões de fato (inclusive as homossexuais), costuma hoje em dia justificar-se com base em categorias e termos procedentes da ideologia de “gender”. Assim existe uma certa tendência a designar como “família” todo tipo de uniões consensuais, ignorando deste modo a natural inclinação da liberdade humana à doação recíproca e suas características essenciais, que constituem a base desse bem comum da humanidade que é a instituição matrimonial. (Vaticano, 2000, s/p., grifos nossos)”.

No caso do Brasil, é impossível falar na expansão do termo “ideologia de gênero” sem mencionar o padre Paulo Ricardo. Figura proeminente no movimento de Renovação Carismática Católica (RCC), este padre conseguiu papel de destaque atuando junto a grupos contrários ao direito ao aborto. Tendo estudado nos Estados Unidos e em Roma, o padre conseguiu inserir-se em diversas instituições católicas de prestígio e tradição no Brasil, tonando-se profundamente envolvido nas engrenagens e modos de existência do catolicismo tradicionalista. Segundo o pesquisador Emerson Sena da Silveira, o padre atua como professor, pregador, palestrante e ‘lobista’ junto a deputados católicos e evangélicos. O padre tem uma equipe que, com ele, administra sua página *Christo Nihil Praeponere* (A nada dar mais valor do que a Cristo), além de seus perfis no YouTube[®], no Twitter[®] e no Facebook[®]. Todos com a mesma identidade visual e fazendo referências recíprocas (vídeos, textos, livros, postagens, reportagens e entrevistas). O padre, que se coloca como “militante

anticomunista e anti-PT”², oferece em sua página uma série de cursos gratuitos em vídeo tanto sobre a doutrina católica quanto sobre temas da atualidade.

Para Silveira, o padre se utiliza desse capital simbólico, conseguido com sua atuação nas redes, em palestras e em eventos católicos de massas por todo Brasil, para “pressionar políticos religiosamente conservadores e campanhas políticas no Congresso e nas Câmaras Estaduais” (SILVEIRA, 2015, p. 24). O autor entende esse discurso como parte de uma Guerra Cultural Católica, articulada por católicos leigos e sacerdotes conservadores, que não ocorre apenas no Brasil e nem é um fenômeno recente. Para o autor, por trás dessa articulação estariam também grupos católicos internacionais, como a *Opus Dei* (criada na Espanha em 1928), a *Comunhão e Libertação* (criada na Itália em 1954) e a TFP – *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (criada na cidade de São Paulo em 1960) -, dentre outras. O autor destaca que muitas são diretamente ligadas ao Vaticano, o que reduziria o poder dos bispos diocesanos sobre elas. Segundo Silveira,

na ótica desses grupos, as estruturas familiares e sociais defendidas são naturais e universais, porém, tais estruturas vêm sofrendo ataques, sendo desmanchadas e desmontadas por uma conspiração liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU), somada aos partidos de esquerda, organizações de direitos humanos (como a Anistia Internacional) e intelectuais defensores dos direitos dos homossexuais, das mulheres etc (SILVEIRA, 2015, p. 13).

Silveira destaca como o termo “*guerra cultural*” (e toda a rede semântica tecida em torno dele) tem aparecido cada vez mais nos discursos de algumas lideranças católicas brasileiras, tanto dentro da estrutura eclesial como entre católicos leigos, expandindo a “doxa tradicionalista”. Segundo o autor, esse discurso conservador se estrutura em torno de dois pilares: a verdade única (Deus, Igreja, Revelação e Sagradas Escrituras) e a família “natural” (homem, mulher e filhos). Ainda segundo Silveira, “o vínculo entre esses dois princípios é profundo e ontológico. Um sustenta e permite ao outro exercer domínio discursivo dos fatos, fenômenos, grupos e ações sociais, e, com isso, é construída uma teia fechada de interpretação” (idem, p. 20). Para o autor, uma guerra cultural católica encontrou terreno fértil nos Estados Unidos dos anos 1970 e 1980, em parte como reação à ascensão do movimento feminista, negro e LGBT. Assim entendido, e desde que tenhamos

² PT é o Partido dos Trabalhadores, o partido político de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, que esteve à frente do governo federal no Brasil entre 2003 e 2016.

em conta que, como afirma Evandra Grigoletto (2003), há muito mais convergências que divergências entre a RCC e o pentecostalismo evangélico brasileiro, o conceito de *guerra cultural cristã* é para nós fundamental para entendermos os ataques à educação não sexista.

A “ideologia de gênero” e o movimento Escola sem Partido: um matrimônio sagrado

O mito de criação do MESP segundo seu fundador, o advogado e procurador Miguel Nagib, teria sido a comparação feita pelo professor de história de uma de suas filhas entre as figuras de Che Guevara e São Francisco de Assis. Nagib, que é católico, identificou no paralelo traçado pelo professor uma tentativa de doutrinação ideológica – ainda mais ardilosa por supostamente "santificar" a imagem do guerrilheiro argentino. Já a história não contada envolve Nagib ser membro do Instituto Liberal de Brasília e articulista do Instituto Millenium³ para o qual escreveu uma série de artigos dentre eles um intitulado Por uma educação que promova os valores do Millenium em que defende que a educação precisa defender valores neoliberais. O Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado em 2004, foi, durante dez anos, um movimento social de pouquíssima expressividade, encontrando maior eco na sociedade brasileira em três momentos (PENNA, 2016b), o último deles terminando com sua consolidação no poder com o governo Bolsonaro.⁴

O primeiro se deu em 2007, por ocasião da polêmica gerada pela coluna do jornalista Ali Kamel no Jornal *O Globo*,⁵ na qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos *Nova História Crítica*, de Mario Schmidt.⁶ O segundo momento foi em 2011, com a querela gerada em torno de um material de Combate à Homofobia produzido pelo

³ O Instituto Liberal e o Instituto Millenium são dois dos maiores think-tanks neoliberais no Brasil.

⁴ Para mais informações sobre como o discurso do MESP se constitui em torno de temas como "doutrinação ideológica", "ideologia de gênero" e democracia, ver SALLES, 2017a; SALLES, 2017b; PENNA, 2016a; PENNA, 2017; MOURA, 2016; SILVA, 2016.

⁵ Na época era diretor-executivo de jornalismo da TV Globo, além de ocupar o cargo de colunista no Jornal, onde até 2001 ocupou também o cargo de editor-chefe. Atualmente o jornalista é editor de jornalismo da TV Globo.

⁶ KAMEL, Ali. “O que ensinam às nossas crianças?” *O Globo*, 18/09/2007. Disponível em: <http://www.newmarc.com.br/drws/ali_kamel.pdf>. Acesso em: 22/02/2018.

Ministério da Educação,⁷ chamado pela mídia de “Kit Gay”. Segundo o cientista político Luis Felipe Miguel,

[...] o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p.596)

É importante notar que um dos principais responsáveis por espalhar versões fantasiosas sobre o material, desde o início, foi o então deputado federal Jair Bolsonaro. Desde então, a ideia de que a esquerda tentaria “transformar os estudantes em gays e lésbicas” dentro das escolas tem sido difundida na sociedade, principalmente em missas e cultos. Todo o processo de perseguição ao Kit de combate à homofobia e ao então ministro da educação Fernando Haddad foi muito similar ao que ocorreu na Colômbia e envolveu a então ministra Gina Parody como veremos adiante. Esse segundo momento é de grande importância: é quando as pautas que norteiam o MESP passam a assumir um caráter explicitamente moral. O movimento incorpora o uso da expressão “ideologia de gênero” para se reposicionar dentro do debate educacional – e noções como “esquerdismo”, “comunismo” e “petismo” passam a ser associadas com o combate à lgbtfobia, à violência contra a mulher ou a defesa de direitos para esses grupos, temáticas essas relacionadas aos debates de gênero. E o próprio termo “gênero” passa a ser tratado como ideologia.

Já o terceiro momento de expansão do ESP iniciou-se em 2014, por ocasião da crise política e da polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves. Desde o início do processo de *impeachment* contra a presidenta, no final de 2015, o MESP ganhou destaque na mídia, reciclando o antigo discurso anticomunista e convertendo-o em um visceral anti-petismo,

⁷ SOARES, Wellington. “Conheça o ‘kit gay’ vetado pelo governo federal em 2011”. *Nova Escola*, 01/02/2015. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-okit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>>. Acesso em 07/01/2019.

anti-feminismo, anti-bolivarianismo, anti-“politicamente correto”, dentre outros. Foi nos idos de 2014 que o deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), um dos três filhos políticos de Jair Bolsonaro, encomendou a Miguel Nagib um anteprojeto de lei contra a “doutrinação” nas escolas com base nas ideias do procurador e sugeriu que fosse batizado como *Programa Escola Sem Partido* (PENNA, 2016). Este anteprojeto passa a ser disponibilizado no site do MESP com versões para serem apresentadas como Projetos de Lei em municípios, estados e no âmbito federal⁸, para que parlamentares pudessem apresentá-lo sem maiores alterações em suas respectivas casas legislativas. Logo em seguida, seu irmão, Carlos Bolsonaro, vereador na cidade do Rio de Janeiro, onde no ano anterior ocorrera uma greve massiva de professores, com o apoio da população, apresentou o projeto na Câmara de Vereadores. Fica, assim, mais do que evidente a ligação, desde cedo, da família Bolsonaro ao movimento Escola sem Partido e ao combate à “ideologia de gênero”. Foi dessa maneira, que o projeto se espalhou por todo país.⁹

Plano Nacional de Educação (PNE/2014): a primeira grande batalha parlamentar

A elaboração do nosso segundo Plano Nacional de Educação (PNE), parte da proposta aprovada na Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010 da qual participam especialistas em educação, profissionais de educação de variados níveis, sindicatos e associações diversas. Previsto para entrar em vigor em 2011 em substituição ao plano anterior, o segundo PNE acabou por ser aprovado apenas em junho de 2014, quatro anos após o início das discussões e três anos após a data prevista. Enquanto o PNE que vigorou entre 2001 e 2011¹⁰, por inúmeras vezes, se referia a gênero, vendo na educação um meio de promoção da igualdade, do respeito e da não-discriminação, o PNE de 2014 só

⁸ É importante localizar ao leitor não familiarizado que o Brasil é uma República Federativa ao modelo norte-americano, onde Estados e municípios têm autonomia política, até determinado ponto; havendo poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos três níveis.

⁹ Como semanalmente novos Projetos de Lei são apresentados e aprovados, evitamos aqui citar números. Para acompanhar as atualizações sobre os projetos, ver <pesquisandoesp.wordpress.com>. Acesso em 22/02/2018. O blog *Pesquisando o Escola Sem Partido* é produto do trabalho de pesquisa que deu origem a dissertação de mestrado *"Escola Sem Partido": relações entre Estado, educação, religião e os impactos no ensino de História* (MOURA, 2016), trabalho anexado em denúncia junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em sua visita ao Brasil em dezembro de 2018.

¹⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei 10.172, de 09/01/2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-pl.html>. Acesso em: 28/10/2016.

foi aprovado na Câmara dos Deputados após a retirada completa das menções ao termo.¹¹ O que se deveu ao intenso lobby de deputados-pastores e deputados da ala católica radical que seguiam o entendimento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) de que “a introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias”¹².

O Ministério da Educação, em uma tentativa de impedir a reprodução de tal retrocesso nos demais níveis da federação, orientou que estados e municípios produzissem seus planos de educação com base no texto final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014, que mais uma vez garantiu a inclusão de preceitos de uma educação não-sexista, e não no Plano Nacional de Educação censurado que havia sido aprovado na Câmara. A reação foi imediata. O Projeto de Decreto do Legislativo nº 122, de 2015, de autoria do deputado Flavinho da RCC, visou “sustar os efeitos da inclusão da ideologia de gênero no documento final do CONAE-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação”.¹³

A tentativa de criminalizar a educação não-sexista

Já o Projeto de lei nº 2731, de 2015, de autoria do deputado Eros Biondini, também na RCC, ia além, propondo alterar o PNE de forma a incluir o seguinte parágrafo: “É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto”.¹⁴ Mais do que diretrizes para a educação, o texto do projeto também estabelecia punições. Aos estados e municípios que incluíssem o debate de gênero em seus planos de educação, estava previsto que tal medida impossibilitaria “o repasse de recursos financeiros federais, destinados à educação, ao ente federativo”. Aos educadores, se

¹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei 13.005, de 25/06/2014. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-norma-pl.html>

¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei 10.172, de 09/01/2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-pl.html>. Acesso em: 28/10/2016.

¹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. PDC 122/2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1430832>. Acesso em: 28/10/2016.

¹⁴ CAMARA DOS DEPUTADOS, PL nº 2731/2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1672692>.

estabeleceria que “o descumprimento da proibição de utilização da ideologia de gênero, orientação sexual e congêneres ou de qualquer outro tipo de ideologia, na educação nacional, sujeitará os infratores às mesmas penas previstas no artigo 232 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), além da perda do cargo ou emprego”. O artigo estabelece a quem “submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento” a pena de detenção de seis meses a dois anos.

Outro Projeto de Lei com a mesma finalidade é o PL 1859/2015 que merece ser destacado, pois em suas 16 páginas de justificativas, podemos encontrar todas as bases argumentativas da pseudo-teoria da “ideologia de gênero”. De autoria do deputado Izalci Lucas, o Projeto de Lei acrescentaria o seguinte parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação): “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’.” O Projeto de Lei cita os nomes de Karl Marx, Friedrich Engels, Kate Millett, Max Horkheimer, John Money, Michel Foucault, Judith Butler e Shulamith Firestone e supostos trechos das obras de Marx e Engels seguidos de longas explicações para provar o “totalitarismo” da “ideologia de gênero”. O pesquisador José Luiz Derisso demonstrou como os textos dos autores citados são desconstruídos e reconstruídos no projeto, com frases aleatórias de diferentes obras sendo colocadas lado a lado formando citações a fim de servirem de “prova” para a tese que se quer defender: a de que existe uma conspiração comunista mundial para a destruição da família (DERISSO, 2016):

“O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de ‘gênero’ está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar. Na submissão do feminino ao masculino através da família, Marx e Engels enxergaram o protótipo de todos os subsequentes sistemas de poder. Se esta submissão é consequência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se a uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. Neste contexto, a educação caberia como uma tarefa exclusiva do Estado, e não existiria mais traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015d).”

Entre outras teorias estapafúrdias, o texto deste Projeto de Lei ainda “desmascarava” como esta “revolução cultural sexual de orientação neomarxista” teria sido “tramada pela ONU”, pela delegação dos Estados Unidos e pela própria primeira-dama americana Hillary Clinton.

Outro exemplo foi a PEC 435/2014, que retiraria gênero do currículo nacional ao vedar os Temas Transversais, única parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – documento máximo sobre Diretrizes Curriculares no Brasil – na qual estava presente o debate sobre gênero. Na mesma época Dom Orani Tempesta, Cardeal e Arcebispo do Rio de Janeiro, escreve um artigo com o título *Reflexões sobre a “ideologia de gênero”*, na mesma linha do documento da Cúria Romana mencionado no início deste artigo, e passa a falar sobre o tema em praticamente todos seus compromissos públicos, usando assim sua autoridade de Cardeal e Arcebispo para incitar a cruzada anti-gênero.

O gênero do *impeachment* e a gênese de Jair Bolsonaro

A suposta difusão da ideologia de gênero nas escolas foi largamente utilizada na campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff que culminou com sua destituição após a lamentável votação no Congresso. Na votação, incontáveis deputados justificaram sua votação a favor do *impeachment* defendendo “uma escola sem partido”, “a defesa da família”, “em nome de Jesus”, “contra a ideologia de gênero”, “contra a mudança de sexo de nossas crianças”, “contra a doutrinação nas escolas”, e um longo etc. Sem mencionar, a homenagem feita pelo então deputado e atual presidente da república, Jair Bolsonaro ao coronel Brilhante Ustra, um dos mais cruéis torturadores, responsável pela tortura à própria Dilma quando de sua prisão durante a ditadura militar iniciada em 1964.

Após a derrubada da presidente Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, teve início uma larga reforma ministerial (incluindo o Ministério da educação) que pôs fim a qualquer diálogo com movimentos sociais. Os grupos conservadores não se deram por satisfeitos com a saída do PT (Partido dos Trabalhadores) do governo. A ideia então difundida era a de que não teria bastado o *impeachment*, uma vez que o petismo supostamente continuaria operante na máquina pública devido ao “aparelhamento” supostamente conduzido pelo PT. Assim, tanto o Ministério quanto os professores

continuariam “petistas” e mantendo o suposto plano da esquerda para destruir o capitalismo através do ensino da “ideologia de gênero”, o que eles apresentam como sendo o famigerado “marxismo cultural”. Seria preciso então ir atrás destes professores. O escolhido para o cargo de Ministro da Educação por Michel Temer foi o ex-deputado federal Mendonça Filho (DEM-PE), cuja primeira medida foi exonerar 31 assessores do Ministério – afastamentos que afetaram, sobretudo, as atividades do já mencionado Fórum Nacional de Educação (FNE), esvaziando tal espaço de diálogo.

Durante as eleições de 2018, como previsto, teve a “ideologia de gênero” e a “doutrinação política nas escolas” como seus tópicos mais relevantes. Apesar de ter havido três candidatos que defendiam explicitamente a existência do Escola Sem Partido como lei – Bolsonaro, Henrique Meirelles e Cabo Daciolo (este último tendo inclusive apresentado um PL do tipo na Câmara logo antes de se licenciar para concorrer às eleições), apenas um entre eles recebeu apoio direto do Movimento Escola Sem partido: Jair Bolsonaro.

A campanha de Bolsonaro, que, ao estilo de seu ídolo Donald Trump, não compareceu aos tradicionais debates televisivos, baseou-se em mentiras, desmentidos, tuítes polêmicos e também “caixa 2”¹⁵; campanha em Igrejas e quartéis militares, que é expressamente proibido pela lei; coação eleitoral recorde em empresas. O discurso de Bolsonaro ao longo das eleições foi tipicamente fascista: defesa explícita eliminação do adversário político e todos os seus aliados. Em diversas ocasiões, o então presidencialável falou em “metralhar” “fuzilar” “essa petralhada¹⁶ toda” (referindo-se não só ao PT mas a toda esquerda). Em sabatina ao vivo no maior jornal televisivo da maior empresa de comunicação no Brasil, O Jornal Nacional da TV Globo, chegou a mostrar um livro paradidático que nunca fora distribuído em escolas como sendo o suposto “Kit Gay”. Contrariando seus proclamados padrões jornalísticos de isenção e *fact-check*, a emissora não desmontou a farsa do candidato, tornando-se assim co-reponsável pela onda de *fake*

¹⁵ Entre o primeiro e o segundo turno, uma jornalista da *Folha de S. Paulo*, um dos mais tradicionais veículos do país, descobriu a existência de um tipo de “caixa 2” da campanha, para a contratação de empresas de big data e manipulação de dados para o disparo em massa de mensagens de *whatsapp*. Recebeu 4 ameaças de morte, e a Justiça Eleitoral se fez de surda. Ver MELLO, Patrícia Campos. “Empresários bancam campanha contra o PT pelo Whatsapp”. *Folha de S. Paulo*, 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em 07/01/2019.

¹⁶ Palavra pejorativa para referir-se a petistas, ou seja, membros do PT.

news que foram espalhadas, principalmente através do *whatsapp*, que alertavam contra o candidato com quem Bolsonaro disputaria o segundo turno, Fernando Haddad (PT), ex-ministro de Educação do governo Lula e Dilma, que, dentre inúmeras atrocidades, teria mandado distribuir mamadeira com bico em formato de pênis em creches e pré-escolas a fim de sexualizar precocemente as crianças. Foi assim que o Movimento Escola Sem Partido cresceu e a família Bolsonaro pavimentou seu caminho rumo à presidência: com um narrativa de cruzada, promovendo pânico moral contra os professores, vendendo a imagem de “defensores da família brasileira” contra um inimigo que eles mesmos inventaram.

Em seu primeiro pronunciamento após eleito, feito através das redes sociais e não de veículos oficiais, Bolsonaro não falou mais em combate à corrupção como fizera ao longo da campanha e nem acenou com proposta mínima de conciliação. Centrou seu discurso em como o governo iria combater o marxismo cultural, o socialismo e a “ideologia de gênero”. Os professores e professoras da educação básica, que além dos baixos salários e das condições precárias de trabalho, ainda tiveram, nos últimos anos, que resistir à campanha de ódio da qual foram vítimas, sendo sistematicamente constrangidos, difamados, assediados, perseguidos, demitidos, agredidos e ameaçados de espancamento, tortura, estupro e morte, sabem bem que a tendência é que tudo isso se intensifique.

O governo Bolsonaro e as sombrias perspectivas da campanha contra a “ideologia de gênero” para a educação na América Latina

Era óbvio que o futuro ministro da Educação refletiria os propósitos do MESP. A Bancada da Bíblia teve forte influência na decisão de Bolsonaro. O nome do próprio fundador e coordenador do MESP, Miguel Nagib, foi ventilado, bem como nomes vinculados a entidades educacionais de orientação neoliberal mais consolidadas, como a Fundação Ayrton Senna. Após algumas controvérsias, o escolhido foi o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, um professor de filosofia conservador radicado no Brasil desde 1979, atualmente professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que forma altos oficiais militares no Brasil.

Para usar um termo de Antonio Gramsci, Vélez Rodríguez é sem dúvidas um intelectual orgânico: ligado, assim como Miguel Nagib, ao Instituto Millenium e ao Instituto Liberal, ele é consultor técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), presta consultorias a empresas, além de ocupar cargo de prestígio dentro das próprias Forças Armadas. Foi um garoto-propaganda do modelo de gestão do governo Álvaro Uribe, tendo co-organizado algumas vezes, desde 2007, caravanas de empresários e políticos brasileiros a Medellín e Bogotá. Como não poderia deixar de ser, Vélez Rodríguez explicitamente apóia a ditadura militar de 1964, chamando-a de “movimento cívico-militar” de 1964, o qual teria impedido que o Brasil fosse dominado por guerrilhas marxistas como teria ocorrido na Colômbia. Intelectual católico conservador de longa experiência, Vélez Rodríguez parece mesmo ser o nome perfeito para a tarefa de extirpar o “marxismo cultural” e a “ideologia de gênero” da educação no Brasil. Em carta publicada logo após sua nomeação por Bolsonaro, afirmava que:

“a instrumentalização ideológica da educação em aras de um socialismo vazio terminou polarizando o debate ao longo dos últimos anos. [...] Pretendo colocar a gestão da Educação e a elaboração de normas no contexto da preservação de valores caros à sociedade brasileira, que, na sua essência, é conservadora e avessa a experiências que pretendem passar por cima de valores tradicionais ligados à preservação da família e da moral humanista”¹⁷

E em sua primeira declaração à imprensa após a indicação, afirmou que “quem define gênero é a natureza” e argumentou contra o “ensino de gênero” nas escolas citando o exemplo do Canadá, cujas províncias autônomas estariam revertendo a lei federal de educação de gênero. Em seu discurso de investidura no cargo, o novo ministro da Educação foi além, e afirmou:

“À agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa tresloucada onda globalista, tomando carona no pensamento gramsciano, que num irresponsável pragmatismo sofisticado, passou a destruir um a um os valores culturais em que se segmentam nossas instituições mais caras, família, igreja escola, o estado e a pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social.”¹⁸

¹⁷ ACI Digital. “Futuro ministro da Educação defende que gênero é definido pela natureza”. 27 e novembro de 2018. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/futuro-ministro-da-educacao-defende-que-genero-e-definido-pela-natureza-71751>.

¹⁸ D’AGOSTINO, Rosane & RESENDE, Sara. “Ricardo Vélez Rodríguez assume o MEC e diz que governo combaterá ‘marxismo cultural’.” *GI*, 02 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/ricardo-velez-rodriguez-assume-ministerio-da-educacao-em-cerimonia-em-brasilia.ghtml>.

Não por acaso, uma das primeiras medidas em estudo, mas já anunciadas, é o uso de um “critério ideológico”, de caráter “eliminatório” para concessão de bolsas de pós-graduação, que poderia se estender inclusive a bolsas já concedidas.¹⁹ Pesquisadores da área de gênero seriam automaticamente considerados não elegíveis para receber quaisquer bolsas ou auxílios. A outra face da perseguição aos professores e estudantes será, certamente, um amplo projeto de privatizações na educação, através da destruição do atual sistema nacional de educação, que ainda conta universidades públicas de excelência. No ensino básico, incluindo o secundário, Vélez Rodríguez defende a municipalização, tática utilizada nos anos 1990 para reduzir verbas e transferir a responsabilidade constitucional sobre a educação do governo federal para os níveis mais pobres da federação. O próprio “superministro” da Economia, Fazenda e Planejamento, Paulo Guedes, já se pronunciou mais de uma vez a favor do famigerado sistema de *vouchers*, tentado na Colômbia no início dos anos 1990, e implementado no Chile de Pinochet – aliás, dois modelos econômicos e sociais referências à equipe de Bolsonaro. Não é casual que, até o momento, a idéia da fantástica equipe ministerial de Bolsonaro seja colocar a rubrica do financiamento da educação fora do MEC, na Secretaria de Privatizações, dirigida por um empresário. A irmã de Paulo Guedes, Elizabeth Guedes, é diretora de uma entidade que representa os interesses de universidades particulares.²⁰

Segundo reportagem do jornal *El País*, o próprio Vélez Rodríguez teria o potencial de ser o articulador entre o Movimento Escola sem Partido e o movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM).²¹ Este movimento, nascido no Peru, em fins de 2016, conta com seções em vários países, entre eles Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, El Salvador e Panamá. No dia da vitória de Bolsonaro no Brasil, o CMHNTM da Argentina

¹⁹ O Globo, 07 de janeiro de 2019.

²⁰ Sobre as conexões de Guedes com empresários e políticos de direita no Chile e o porquê do modelo chileno ser tão elogiado por Bolsonaro, ver VASCONCELLOS, Joana Salém & HOEVELER, Rejane. “Brasil, novo laboratório da extrema-direita – lições de Pinochet”. *Le Monde Diplomatique* Brasil, novembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita/>. Publicado em espanhol pela revista De Frente: <https://revistadefrente.cl/brasil-el-nuevo-laboratorio-de-la-extrema-derecha-las-lecciones-de-pinochet/> (tradução de Héctor Guerra). Acesso em 07/01/2019.

²¹ PIRES, Breiller. “Do ensino básico ao Enem, o que o futuro ministro de Bolsonaro pode mudar na Educação”. *El País* Brasil, 23 de novembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/politica/1543016372_088607.html. Acesso em 07/01/2019.

organizou seu primeiro protesto, comemorando, através de suas redes sociais, a vitória de Bolsonaro com seu tradicional bordão, “Género nunca más”. Na Colômbia, país de Vélez Rodríguez, a campanha contra a “ideologia de gênero” foi utilizada de maneira flagrante em vários episódios da história recente, deixando estragos irreversíveis. Em um deles, em agosto de 2016, circularam nas redes sociais imagens de uma suposta cartilha do Ministério da Educação colombiano – que poderíamos comparar com o kit de combate à homofobia elaborado pelo Ministério da Educação brasileiro. Na Colômbia como aqui, as imagens que supostamente apareceram nas redes sociais não correspondiam ao material que estava sendo de fato desenvolvido. Mesmo a ministra da educação colombiana, Gina Parody, tendo desmentido o caso e denunciado o uso político do fato pelos opositores ao governo, a população foi às ruas protestar e pedir a sua renúncia (RONDÓN, 2016).²² Lá como cá, a *fake news* do “kit gay” se espalhou como pólvora, alvoroçando mães e pais cada vez mais preocupados com a “ideologia de gênero”, tendo como inimigo central a Federação Colombiana de Trabalhadores da Educação (FECODE).

Assim como no Brasil, a “ideologia de gênero” fora usada para conseguir o Impeachment da presidenta, no caso colombiano, foi utilizada para convencer a população à votar pelo não no plebiscito que poria fim no conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Segundo os grupos fundamentalistas religiosos, o reconhecimento por parte do governo, de que a população LGBT e das mulheres foram as principais vítimas do conflito seria um exemplo da ideologia de gênero. Segundo Rondón, a possibilidade de um acordo despertou a ira não apenas daqueles que já se opunham a uma saída política pacífica, como também de todos que rechaçam o reconhecimento de direitos para a população LGBT e para as mulheres.

Outro país que também teve seu episódio “kit gay” foi o Peru, onde nasceu o CMHNTM: um guia sobre educação sexual voltado para professores do ensino básico elaborado pelo governo, que trazia ilustrações de meninos com roupas rosa e meninas jogando futebol foi “denunciado” como “doutrinação de gênero” e visto como interferência

²² Segundo Rondón, o material começou a ser desenvolvido, em agosto de 2014, quando um jovem de 17 anos se suicidou após ter sido vítima de homofobia pela direção da escola em que estudava. O Ministério da Educação colombiano estava desenvolvendo o material em convênio com três agências da Organização das Nações Unidas (ONU).

do Estado na educação, que de acordo com os defensores do movimento, é de responsabilidade da família. Também alegando “liberdade de expressão”, tal como no Brasil, os porta-vozes do CMHNTM são contra o “politicamente correto”: discursos homofóbicos não podem ser censurados, pois são “livre manifestação de pensamento”. A campanha contra a “ideologia de gênero” causou a demissão de dois ministros da educação no país, Jaime Saavedra e Marilú Martens; e, recentemente, o CMHNTM do Peru comemorou a apresentação do Projeto de Lei da Deputada Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, que prevê a exclusão de qualquer política pública os termos “ênfoque de igualdade de gênero”, “expressão de gênero” e “violência de gênero”.²³

O peso econômico, territorial, demográfico e geoestratégico do Brasil faz com que a eleição de Bolsonaro, quer torne-se um governo de extrema-direita, fascista, bonapartista ou mesmo uma ditadura militar, gere efeitos em toda a região. E a articulação da extrema-direita, que já existia, passa a ter um governo como ponto de apoio.²⁴ Em um dos continentes com maiores índices de feminicídio, violência doméstica contra a mulher; violência sexual; abuso e assédio; onde as mulheres ainda trabalham o dobro e ganham a metade do salário de um homem com a mesma qualificação, onde suportam todo o peso do trabalho doméstico não pago (isto é, de reprodução social), o que envolve a educação dos filhos, é uma lástima que os avanços, ainda que limitados, conquistados pelos movimentos feministas e LGBTTs nos últimos anos regrida de maneira tão dramática. A “ideologia de gênero”, como vimos, mostrou-se um espantinho eficaz para variados propósitos políticos, mas o principal deles é combater a esquerda e todos os movimentos sociais a favor da promoção da igualdade social, começando pela educação – exatamente aí onde alguns dos principais avanços ocorreram. Para impor resistência a esse projeto obscurantista de sociedade que se quer impor em toda a América Latina, projeto esse que mais parece um

²³ Medida semelhante tomou o atual ministro da Educação do Paraguai.

²⁴ Em dezembro de 2018, o Brasil sediou, em Foz do Iguaçu, a “Cúpula Conservadora das Américas”, com participação de Olavo de Carvalho; de exilados cubanos em Miami; de representantes do grupo anti-chavista Rumbo Libertad, da Venezuela; um príncipe brasileiro (líder do movimento “Acorda Brasil” e eleito deputado por São Paulo); Álvaro Uribe; Fidel Zavala, senador paraguaio; Jorge Jerez Cuellar, comandante das operações contra as FARC; Carlos Gomez, economista pela Universidade do Chile e Chicago boy; Francisco Javier Leturia Infante, professor da Pontificia Universidade Católica do Chile; María Fernanda Cabal Molina, senadora colombiana; José Antonio Kast, ex-candidato à presidência no Chile, entre outros nomes. Ver <http://www.cupulaconservadora.com.br/>.

episódio de Handmade's Tales, precisamos mais do que nunca de fortalecer laços de solidariedade internacional. Educadoras latino-americanas, uni-vas.

Bibliografia

DERISSO, José Luis. Marxismo e história da família: Resposta aos opositores da chamada “ideologia de gênero” na educação. Anais do X Seminário Nacional do HISTEDBR – 30 anos do HISTEDBR Contribuições para a história e a historiografia da educação brasileira. Campinas/SP: Unicamp, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2jF9a5j>>. Acesso em 22 fev. 2018

GRIGOLETTO, Evandra. “Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da Renovação Carismática”, UFRGS, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: Ribeiro, Paula R. C.; Magalhães, Joana Lira C. (orgs.). Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade. Ed. da FURG, 2017, pp.25-52

KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças? O Globo, 18 set. 2007. Disponível em: http://www.newmarc.com.br/drws/ali_kamel.pdf. Acesso em: 18 out. 2016.

MARIANO, Ricardo. “Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil”. Edições Loyola, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordida no parlamento brasileiro. Direito e Práxis. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MOURA, Fernanda Pereira de. “ESCOLA SEM PARTIDO”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

PADRE Paulo Ricardo. Revolução e Marxismo Cultural. CHRISTO NIHIL PRAEPONERE. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/cursos/revolucao-e-marxismo-cultural>>. Acesso em 18 out. 2016.

PENNA, Fernando. Programa Escola Sem Partido: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) “Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história”. Mauad X, 2016.

RONDÓN, Manuel Rodríguez. La infancia como símbolo y moneda de cambio. Colombia: CLAM, 21 set. 2016. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/ES/destaque/conteudo.asp?cod=12437>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Guerra Cultural Católica: política, espaços públicos e lideranças eclesiais. In: SILVEIRA, Emerson Sena da; MORAES JÚNIOR, Manuel Ribeiro de. Religião, “Política e Espaço Público no Brasil: Discussões Teóricas e investigações empíricas”. Fonte Editorial, 2015.